

**HABEAS CORPUS Nº 493.315 - CE (2019/0041937-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : CLAUDENIR DE SOUZA NOJOSA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : CLAUDENIR DE SOUZA NOJOSA - CE030709  
MARY ALYSON AGUIAR XIMENES - CE029810  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : JEAN CARLOS MONTEIRO LIMA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JEAN CARLOS MONTEIRO LIMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Apelação Criminal n. 0036790-89.2013.8.06.0064).

Inferre-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 12 (doze) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 1.250 (mil duzentos e cinquenta) dias-multa, por infringência ao disposto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, e à pena de 01 (um) ano e 09 (nove) meses de detenção e 96 (noventa e seis) dias-multa por infração ao art. 12 da Lei n. 10.826/2003.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que deu parcial provimento ao recurso para redimensionar a pena imposta para 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, em regime fechado e, de ofício, declarou extinta a punibilidade do paciente quanto ao crime do art. 12 da Lei n. 10.826/2003.

Agora a defesa apresenta o presente *habeas corpus*, sustentando constrangimento ilegal ao paciente na medida em que não se fundamentou a necessidade de estabelecimento de regime mais gravoso, fazendo jus ao regime intermediário para o cumprimento da pena.

Pugna, em liminar e no mérito, que seja determinado o cumprimento da pena do paciente em regime semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a

existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Suficientemente instruído o feito, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator